

MULHERES PIQUETEIRAS PATAGÔNICAS: CONSTRUINDO HISTÓRIAS DE LUTA POLÍTICA

Martha Susana Diaz¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo refletir em torno das significâncias da participação das mulheres nas lutas coletivas pelo trabalho, no golfo San Jorge, Patagônia Argentina, lócus da pesquisa de Doutorado em Ciências Sociais da Faculdade em Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Uma das particularidades desses protestos, surgidos na Argentina, a partir da década 1990, em resposta ao modelo neoliberal aprofundado pelo governo de Carlos Menem (1989-1999), é o papel protagonista que têm assumido as mulheres desde as origens dos mesmos e sua permanência no tempo. Na Patagônia Central Argentina, vários acontecimentos mostram a presença significativa das mulheres nas lutas: sua ativa participação na conformação da Comissão de Desempregados (1997), a luta das mulheres de Caleta Olivia (2004) e Pico Truncado (2006), entre outros grupos. Contudo, suas lutas encontram-se invisibilizadas dentro das análises sociopolíticas e históricas.

Palavras-chave: mulheres piqueteiras. Movimento social. Protagonismo feminino.

Abstract

This work has as its objective to reflect about the significances of the participation of women in collective struggles for work, in the San Jorge Golf, Patagonia, Argentina, premise of the Doctorate research in Social Science of the Bahia Federal University. One of these particularities of these protests that emerged in Argentina in the 1990's, as an answer to the neoliberal model of the Carlos Menem (1989-1999) government, is the main role of women. In Central Patagônia Argentina several events show the significant presence of women in struggles: in the Unempplo Commission (1997), the struggle of women of Caleta Olivia (2004) and Pico Truncado (2006), besides other groups. Nevertheless, their struggles are invisible in the sociopolitical and historical analyzes.

Key Words: Women picket. Social movement. Female role

¹ Pesquisadora associada ao NEIM, doutoranda em Ciências Sociais UFBA, Mestre em Ciências Sociais PPGCS - FFCS.UFBA, licenciada em Trabalho Social pela Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de la Patagonia, San Juan Bosco. Professora-investigadora, titular do Curso de Licenciatura em Serviço Social UNPSJB e coordenadora responsável da Cadeira Livre de Direitos Humanos UNPSJB.

1 INTRODUÇÃO

A década de 1990 está marcada pelo surgimento, na República Argentina, de intensas mobilizações e protestos nos cenários regionais e rurais de todo o país, como forma de resistência às mudanças institucionais que se estruturaram a partir do aprofundamento do modelo neoliberal, expresso claramente na sanção do decreto de desregulamentação econômica, em 1991, pelo governo de Carlos Menem (1989-1999), o qual consistia na aplicabilidade do plano de reforma do Estado e a política de privatizações das empresas nacionais.

A maioria das autoras e autores consultados referem que os primeiros protestos massivos a essa política de privatizações e demissões apareceram em meados do ano 1996 e 1997, nas cidades patagônicas de Cutral C6 e Plaza Huincul (estado de Neuqu6n) e do norte de Tartagal e General Mosconi (estado de Salta). Eles consistiram em prolongados e massivos bloqueios de estradas ou *piquetes*, promovidos pelos trabalhadores petroleiros demitidos da empresa nacional *Yacimientos Petrol6feros Fiscais (YPF)* que se encontrava em processo de privatizaç6o. Esses protestos propagaram-se do interior do pa6s a Buenos Aires (epicentro econ6mico e pol6tico), encontrando-se com outra vertente do movimento piqueteiro nascida da situaç6o de desemprego vivida por ex-trabalhadores e ex-trabalhadoras industriais, camadas nascidas do processo de desindustrializaç6o e empobrecimento crescente das zonas urbanas bonaerenses² (SVAMPA; PEREIRA 2003, 2005).

Portanto, o piquete j6 n6o se faz na f6brica, como no passado, sen6o nas estradas de regi6es distantes do centro pol6tico de Buenos Aires, perfilando-se, assim, um novo cen6rio para os conflitos, a apariç6o de um novo ator pol6tico, o piqueteiro e a piqueteira, com a adoç6o de novas estrat6gias de luta, a produç6o de novos modelos de milit6ncia associados intimamente ao trabalho nos bairros e a tomada de decis6es atrav6s de assembleias de trabalhadores/as desempregados, o que se denominou a *democracia direita*.

A import6ncia dos protestos piqueteiros como fen6meno social evidencia-se, por um lado, ao dar grande visibilidade p6blica 6 situaç6o de milhares de pessoas argentinas

² Segundo dados de EPH de maio de 2002, a pobreza chega no cone urbano a um 60,5 %, com um m6ximo de 65,1 no chamado *cord6n bonaerense* que compreende os bairros de Admirante Brown, Esteban Echeverria, Berazategui, Quilmes, Moreno, Merlo, Florencio Varela, Jose C Paz, Malvinas Agrentina, San Migguel, Tigre e a Matanza, zonas que acobertaram estes movimentos (LOBATO; SORIANO, 2003).

desempregadas e em estado de extrema pobreza e, por outro, pela rearticulação dos grupos numa teia de relações sociais solidárias e políticas que operam nas comunidades de base (o bairro) (DIAZ, 2010, p.1717).

Desde o seu início, o movimento contou com o protagonismo das mulheres. Andújar (2005), em seus estudos sobre as mulheres e os primeiros cortes de estradas, mostra o caráter simbólico e eficaz que assume a presença delas nesses bloqueios, o que promoveu sua construção enquanto ator social. Porém, é importante acentuar que, ante a prolífica produção de estudos em torno do movimento piqueteiro, existem poucos estudos que incorporem as mulheres em suas análises. Os insuficientes trabalhos escritos denunciam que, embora as mulheres tenham sido protagonistas, a teoria dos movimentos sociais continua excluindo-as de suas análises. Andújar (2005, p. 2) confirma:

Se bem que tem sido invisibilizadas pela maioria dos estudos focalizados nos movimentos piqueteiros, e seu impacto no devir da história argentina, minha hipótese central é que foram elas que majoritariamente “colocaram o corpo”, enfrentando as normativas demarcatórias da ocupação dos espaços públicos e impugnando com sua prática tanto as fronteiras do político como a circulação do poder.

Atualmente, esse papel protagonista das mulheres pode ser observado nas elevadas porcentagens de participação delas nas atividades dentro das organizações — entre 60%, 70% e às vezes 80% — (ANDÚJAR, 2005; DÍAZ, 2006; ROMEU, 2008). Embora esta participação seja altamente valorizada no seio da organização e entre a população em geral, são poucas as mulheres que alcançam posições de direção e representação no movimento e, em geral, têm avançado pouco no questionamento dos valores culturais em que se assenta a desigualdade entre os sexos (DI MARCO, 2003).

Na Bacia do Golfo San Jorge, da Patagônia Central Argentina (estados de Chubut e norte de Santa Cruz, e suas respectivas cidades, Comodoro Rivadavia, Caleta Olivia Pico Truncado)³, vários acontecimentos mostram a presença significativa das mulheres nas ações de protestos: sua ativa participação na conformação da Comissão de Desempregados (1998) na cidade de Comodoro Rivadavia, que será a semente da conformação do movimento piqueteiro na zona; a luta das mulheres piqueteiras de Caleta Olivia (2004); e a

³ A *Bacia do Golfo San Jorge* é uma ampla região localizada na Patagônia Central Argentina, entre os paralelos 43 e 47 graus de latitude sul. Compreende a zona meridional do estado de Chubut, a parte norte do estado de Santa Cruz e grande parte da plataforma continental argentina. A área total estima-se em 200.000 km², dos quais 70.000 km² (35%) têm interesse petrolífero (AGENCIA LAVACCA, 2009).

presença das “mulheres de Cerro Dragón”, conhecidas como “as dragonas” (2005); entre outros grupos de mulheres que saíram para a luta política.

Portanto, este trabalho apresenta as primeiras aproximações em torno da relação entre essas mulheres e os movimentos sociais na Patagônia Central, objetivando pensar as características e significações que foi adquirindo a luta com a presença massiva das mesmas nos movimentos sociais. Para isto, resgata-se a análise da participação de mulheres na conformação da Comissão de Desempregados e as mulheres piqueteiras que fizeram a tomada do parque terminal petroleiro TERMAP SA⁴, em 2004. Os dados apresentados são parte da pesquisa levada a cabo pela autora.

2 OS PRIMEIROS PROTESTOS NA BACIA DO GOLFO SAN JORGE

A denominada “Reestruturação do Estado” levada a cabo pelo governo de Carlos Saúl Menem (1989-1999) teve um forte impacto na economia de todo o país e, em especial, na região patagônica, cuja vida, em todas suas dimensões, transitava (e ainda transita) em torno da extração de petróleo, na época, quase exclusivamente, pela empresa nacional YPF. As privatizações das empresas nacionais, seus programas de demissões e de “retirada voluntária” não só provocaram altos índices de desemprego na região⁵, como também mudanças profundas na vida cotidiana e política dos grupos sociais afetados.

Com o avanço do desemprego e a falta de respostas, inicia-se, em todo país, um período de resistências e lutas contra as “medidas de ajuste” aplicadas. Excluídos do espaço institucional de proteção, que implicava pertencer a uma empresa nacional como YPF, os ex-trabalhadores ypfeanos demitidos e grupos de vizinhos, também desempregados, apelaram a manifestações massivas, cortes de estradas, painéis populares, entre outros,

⁴ TERMAP S.A é o parque terminal de coleta de petróleo, consórcio conformado pelas principais empresas extrativas da zona: Repsol - YPF (37,35%), Pan American Energy (31,72%), Vintange Oil (13,79%) e Shell (4,20%). Opera desde 1994 nos terminais de Caleta Córdova (cidade de Comodoro Rivadavia Estado de Chubut) e Caleta Olívía (Santa Cruz). Ambos os terminais recebem um equivalente a 35% da produção do país (AGÊNCIA LAVACCA, 2009).

⁵ Segundo a EPH, entre 1990 e 1993 deixaram de pertencer a YPF, Comodoro Rivadavia 2.870 agentes. A taxa de desemprego cresceu do 6,4 %, em 1988, a 13,9, em 1992.

contando com o apoio de outros empregados estatais que também observavam seus direitos laborais e salários reduzidos pelas medidas do governo.

Nesse marco, surge na cidade de Comodoro Rivadavia, estado de Chubut e em outras cidades vizinhas da Patagonia, a Comissão de Desempregados, como uma das primeiras formas organizadas de protesto contra o avanço do modelo neoliberal *menemista*.

Os inícios desta Comissão datam de janeiro de 1997, quando um grupo de trabalhadores e trabalhadoras desempregados/as, motivados/as pelo clima de mobilização existentes no país, decidem convocar, a partir das organizações dos bairros, a todas as pessoas desempregadas da cidade, com a finalidade de fazer um cadastramento das mesmas e orientar uma forma de ação. Estruturaram-se subcomissões situadas nos bairros que enviam seus delegados representantes a essa Comissão de Desempregados. A estrutura organizacional, como em todas as recentes organizações de trabalhadores desempregados, era mediante assembleia, todas as decisões resolviam-se nelas: primeiro, na instância dos bairros, e, posteriormente, na própria Comissão. A Comissão teve uma permanência de três anos e meio, com uma presença importante na sociedade comodorense enquanto capacidade organizacional e capacidade de convocatória e um alto poder combativo, até sua desarticulação em meados de 2001, data que pode ser considerada como a de realinhamento e estruturação das agrupações piqueteiras da zona.

Durante esses anos, a luta da Comissão exerceu pressão sistemática sobre o governo municipal, provincial e nacional, denunciando as consequências imediatas do modelo econômico, a precarização e também a falta de trabalho, demandando a criação de novos postos. É assim que, em 22 de janeiro de 1999, a Comissão consegue “mobilizar em torno de 5000⁶ pessoas, contando com a presença de sindicatos, funcionários públicos, trabalhadores, etc.” (entrevista liderança, 2007). Nesta mobilização, produz-se o bloqueio simbólico da estrada, que se efetivará nos dias posteriores, com situações de violenta repressão e abertura de processos judiciais contra os manifestantes. Cabe destacar que o bloqueio de estrada, embora fosse utilizado como instrumento de luta no resto do país, era até então uma metodologia pouco utilizada e conhecida na cidade. Entre outras ações com impacto realizadas por esta Comissão, destaca-se a ocupação das oficinas do IMEP

⁶ Número expressivo, nunca visto nas manifestações comodorenses, em Comodoro Rivadavia. Na época, sua população alcançava 150.000 habitantes.

(Instituto Municipal de Emprego e Produção), o acorrentamento das mulheres frente à prefeitura, a criação da subcomissão de estudantes, filhos de desempregados para reclamar ajuda escolar e bolsas de estudos.

Nas convocatórias, as mulheres foram as que majoritariamente aproximavam-se, numa porcentagem de um homem por cada três mulheres. Da mesma maneira, a presença nas assembleias era de um 70% mulheres e um 30% de homens, porém os que ocupavam os cargos de coordenação eram os homens.

A teoria feminista tem explicado os processos que se exprimem em torno da relação entre a mulher e a política: estruturas patriarcais, fortemente arraigadas, em relação simbiótica com o sistema capitalista, associam as mulheres somente às tarefas relativas ao âmbito doméstico, promovendo processos de exclusão das mesmas dos lugares de maior poder e prestígio, entre eles a política, a economia e as religiões. Em consonância com o que diz Svampa (2003), essas estruturas as associam “naturalmente” ao trabalho de contenção social e não ao trabalho de representação. Sobre este aspecto, Costa (1998, p 19) afirma que,

[...] historicamente, as mulheres têm estado do outro lado do exercício do poder, do lado da condição de subalternidade (...) as pequenas parcelas de poder que as mulheres têm, permitem-lhes romper, em alguns momentos ou circunstâncias, a supremacia masculina, porém são poderes tremendamente desiguais.

Em referência a isto, Kergoat (1996, p. 19) mostra que essa diferenciação entre práticas sociais masculinas e femininas “[...] não são produto de um destino biológico, mas que eles são, antes de tudo, construções sociais que têm uma base material e apoia-se em uma vontade de hierarquização”.

A compreensão de que a desvalorização do papel das mulheres não é uma condição inerente às sociedades, e sim uma construção social e, como tal, passível de mudança, permitiu que as teóricas feministas analisassem os mecanismos que estruturaram essa subordinação e superassem noções universalistas e essencialistas que as sustentavam. Essa subordinação, associada ao colonialismo, ao racismo e ao capitalismo, definiu o lugar que as mulheres ocupam na esfera social.

A respeito da participação das mulheres na esfera pública, a maioria dedica-se a realizar atividades análogas às que realizam na esfera doméstica (COSTA, 1998). Assim

também ocorre com a incorporação das mulheres nos movimentos sociais, o que se realiza geralmente com base em seu papel como mães. A preocupação maternal leva-as a assumir a luta política e é destaque na América Latina: as “Mães de Praça de Maio”, na Argentina; as “Mães de heróis e mártires”, na Nicarágua; e as “mulheres das panelas vazias”, no Chile (COSTA, 2002). Araújo (2001, p. 46) explica que a relação mulher e política tem sido atravessada por pressupostos que na década de 50-60 consideravam “[...] as mulheres menos envolvidas e interessadas do que os homens na participação política”. Da hipótese da apatia feminina, nesse sentido, na década de 1970, com o surgimento do feminismo radical, ampliou-se o conceito de participação, assim os estudos demonstraram que as mulheres não participavam menos do que os homens, mas o faziam de maneira diferenciada. A partir desse período, deslocou-se o eixo de análise, antes centrado na política eleitoral e/ou na esfera institucional, em direção a um universo mais amplo de atividades políticas: as associações comunitárias, as organizações voluntárias, os grupos de protesto, os movimentos sociais.

Outra variável a ser considerada é que em períodos de crise, em geral, as mulheres são as mais desempregadas. Os estudos têm demonstrado, entre outras dimensões, que as mulheres são as mais atingidas pelo desemprego, que ganham menos que os homens, que a valorização social distingue trabalho masculino do feminino. Neste sentido, Hirata e Kergoat (2003, p. 113), argumentam que “[...] produção vale mais que reprodução, e produção masculina vale mais que produção feminina” e esta distinção “[...] induz a uma hierarquia social”. Estas autoras destacam ainda que, cada vez mais “[...] na nossa sociedade salarial as mulheres queiram entrar e se manter no mercado de trabalho” (HIRATA; KERGOAT, 2003, p. 113) como pode observar-se nas mulheres piqueteiras.

Porém, e apesar de tudo isto, de acordo com os relatos das entrevistadas, as mulheres patagônicas desempregadas participaram em todas as instâncias da luta, adotando uma postura ativa e decisiva ante as resoluções tomadas em assembleia.

3 AS MULHERES DA COMISSÃO DE TRABALHADORES/AS DESEMPREGADOS/AS

O ano 1997 coloca as mulheres ante a disjuntiva de ou se somar a uma ação de protesto ou continuar em seus lares, esperando que seus parceiros ou elas conseguissem trabalho. As necessidades de subsistência que sofreram suas famílias ante a falta de trabalho e, conseqüentemente, de dinheiro para a comida, tal como relatam, as impulsionaram a sair em busca de soluções, “ir para a rua a lutar” (...) “por meus filhos e meu marido desempregado” – a maioria delas sem ter transitado nunca num espaço político ou sindical. Saíram ao espaço público com muito poucos elementos, desafiando os mandatos culturais preestabelecidos para as mulheres. A necessidade da subsistência, sendo o contexto que as motivou a sair ao espaço público, também foi o contexto que as impulsionou a construir uma nova subjetividade. Diante das situações de desemprego, homens e mulheres, seguindo os relatos das entrevistas, não agem da mesma maneira; contam que os homens “se deprimem”, “sentem vergonha de sair a pedir ajuda”, “as mulheres não, saímos por eles e por nossos filhos”. Assim, as mulheres passaram a assumir um papel protagonista e, através do reclamo reivindicativo, passou a exercer sua cidadania.

Podemos dizer, então, que o motivo da participação das mulheres nos primeiros protestos foi a articulação das demandas de trabalho e de alimentos para lograr a sobrevivência da família diante do desemprego, recorrendo a sua condição de mães ou chefes de famílias (DÍAZ, 2005; SVAMPA; PEREYRA, 2003). Svampa e Pereyra (2003, p. 162); entretanto, entendem que essa participação “[...] como veículo despolitizado da necessidade, paradoxalmente, politizaram o problema da fome e a subsistência diária”. Andújar (2005) explica que as mulheres, ao sair ao âmbito público, não só colocaram em questão seu lugar na esfera do doméstico/privado, como também habilitaram novas formas de ação e organização política que abriram as portas à possibilidade de quebrar o “irremediável” de seus destinos coletivos. Essa passagem da reclusão privada ao mundo público, consoante Britto da Motta (1993, p. 417-418):

[...] se faz de modo nem sempre simples, em etapas diferentes de acordo com a história de cada mulher e de cada movimento. Na luta as mulheres constroem um espaço público, mas (re)constroem também o espaço privado. Nesse sentido, politizam o privado, quando contestam, aberta e sutilmente, as relações de poder (de gênero) até então vigentes, e conseguem transformá-las.

Para os olhos patagônicos, olhar eminentemente marcado por uma forte ideologia patriarcal, a presença das mulheres nas ruas durante as passeatas e nos bloqueios de

estradas redescobre uma dobradiça, onde o “desacostume” e o estranho revelam a ruptura de moldes culturais preestabelecidos para as mulheres.

Algumas das seguintes cenas descritas nos jornais mostram as singularidades da ação destas mulheres, as rupturas que foram promovendo tanto dentro delas como em seus contextos, gerando a potencialização das mulheres como sujeit(a)s coletiv(a)s, assim como também constroem um caminho de apropriação do espaço público. Os relatos dos jornais da época mostram como, de maneira processual, vão se inserindo na luta, utilizando estratégias de luta cada vez mais radicais. Da *panela popular* passa-se à utilização de medidas como o bloqueio de estrada e o próprio acorrentamento.

Em referência a isto, o jornal *El Patagónico*, página 8, do dia 19 de janeiro de 1999, mostra na sua manchete: “as mulheres desempregadas do bairro Isidro Quiroga iniciaram uma *panela popular*⁷. Hoje, continuarão e darão de comer às grávidas e aos velhos. O protesto de ontem foi simbólico e cozinham ossos para cachorros”. Em outro setor da nota, o jornalista relata que as mulheres explicaram: “não colocamos nada porque não temos o que comer, juntamos umas moedas e compramos ossos para cachorros” O jornalista então resume que “as mulheres, ontem, estavam com *a faca e o queixo na mão* e parece que não estão dispostas a descer seus braços”, o jornalista continua dizendo que “são mulheres que se transformaram em chefas de lar ao ficarem seus maridos desempregados”.

A *panela*, como instrumento da reprodução da ideologia de gênero e da opressão das mulheres, tem sido resignificada como instrumento de visibilidade pública da mulher e da denúncia de uma ordem injusta. A representação simbólica tem um papel essencial nesta luta, sobretudo, em termos de “eficácia”, esse poder simbólico do qual nos fala Bourdieu (1989). Preparar comida, como atributo essencializado da mulher é reconfigurado no ato político do protesto; nessa reconfiguração constrói-se a diferença. A *panela* e a mulher conjugam-se no público, na imanência da ruptura de um pacto sociocultural e geracional. Por outro lado, a metáfora “com a faca e o queixo na mão”, é significativa já que expressa com total intensidade a decisão das mulheres desempregadas de assumir um papel protagonista na luta, utilizando e resignificando positivamente os instrumentos que formam parte de seus cotidianos, apesar de ser o mais representativo dos pressupostos da ideologia

⁷ *Panelas populares* é o termo utilizado para definir uma forma de protesto que implica a preparação de comida na rua, durante o protesto, que é consumida no local pelos próprios manifestantes. Essa forma de protesto está associada à falta de trabalho, de alimentação, de condições dignas de vida.

patriarcal, ainda presentes na cultura política. Tarrow (2009, p. 248) explica que nos confrontos, além da ação direta, dá-se uma “luta pelos significados”. Nesse sentido, a *panela popular* é o primeiro degrau de sentidos nas lutas destas mulheres.

Outro elemento significativo é a presença da voz das mulheres nos meios de comunicação durante os momentos mais críticos da luta, uma grande conquista do espaço de poder, tanto pelo que dizem – o conteúdo – como pela aparição como um grupo gerado: “as mulheres”. A ideologia patriarcal modela identidades de homens e mulheres, porém nas mulheres as consequências desse processo são fundamentais no engajamento no público. Criadas para o cuidado dos outros, as mulheres têm que fazer todo um processo de empoderamento para poder ter voz nesse espaço e, por sua vez, serem reconhecidas como interlocutoras válidas de processos políticos. Neste sentido, a presença da mulher na mídia e, com efeito, no poder, é considerada um avanço a mais.

No decorrer do tempo, essa cena das panelas converteu-se em outra que denomino “da panela ao bloqueio de estrada”, tentando significar o ingresso das mulheres no espaço considerado como tipicamente masculino. Estudos mostram que a presença das mulheres nas passeatas, nos bloqueios de estrada é valiosa tanto para a resistência aos despejos, como para o sucesso pacífico de uma negociação. Neste sentido, as mulheres são as que vão à frente, nas primeiras fileiras, tanto nas passeatas, nas ocupações, como nos bloqueios de estrada.

Tínhamos mulheres muito lutadoras. As mulheres eram de ferro, a maioria. E os homens em geral iam detrás, nas tomadas, também. Era uma coisa muito forte. Assim como a mulher cozinha, depois, põe-se na frente. As duas coisas. Você diz como pode ser, se ora está cozinhando, ora passou ao bloqueio de estrada (ANA, 2006)⁸.

As tomadas e os bloqueios de estradas convertem-se em espaços de sentidos e em novos espaços de poder que as conectam com uma pluralidade de outros e outras, que lhes permitem relacionar-se com instituições, com serviços, com o Estado, ou seja, encontrarem uma linguagem diferente da doméstica. De modo significativo, essas relações representam, para as mulheres que transitam no campo popular, lugares de apropriações culturais, espaços de luta e de se sentirem como sujeitos de construção social. O político aparece, então, como um campo conquistado. As mulheres “se reconhecem e são reconhecidas como

⁸ Informação concedida em entrevista.

portadoras de habilidades que não era possível perceberem na sua rotina diária” (SANTOS CONCEIÇÃO, 2004).

A luta adquire maior intensidade quando, meses depois, um grupo de mulheres decide ficar acorrentadas à porta da prefeitura, ameaçando se banhar com álcool e atear fogo. O jornal *Crônica*, nas páginas 7 e 8, do dia 7 de maio de 2000, começa o relato explicando “as acorrentadas passaram a noite na intempérie, (...) quiseram se colocar fogo, estando dentro do escritório do prefeito e dizendo: ‘me deixem, eu quero me colocar fogo aqui mesmo, são todos uns..’ grita, nervosa, CC”. O relato do jornalista é dramático, como é dramática a situação de urgência das famílias desempregadas. Nesse dia, entre forcejos, insultos e pancadas, a situação chega a um ponto de máxima tensão, que se descomprime com a abertura das negociações. Quatro mulheres reclamavam pela sua inclusão nos Planos Trabalhar⁹.

As mulheres ingressam no movimento por uma necessidade, e nele descobrem o sentido da luta, o fazer político, a organização. Fazendo uso das palavras de Freytes Frey e Cross (2006), a organização para as mulheres converteu-se numa fonte de aprendizagem, sendo que os limites que dividiam o espaço público/político e o espaço privado/doméstico começaram a se desmanchar. Essas aprendizagens definem-se em oposição à sua situação anterior, que as vinculava somente às tarefas domésticas. Essas mulheres são aquelas que, uma vez desarticulada a Comissão, passaram a tomar parte das agrupações piqueteiras, das organizações do bairro. São aquelas que hoje continuam com um fazer militante.

Para estas mulheres, descobrir a dimensão política no processo de empoderamento está associado ao prazer de descobrir-se atuando num espaço que a projeta para além do âmbito doméstico. O espaço público, socialmente concebido para os homens, é hoje pensado por estas mulheres como um lugar possível de ruptura do instituído.

E esta senhora começou a luta junto à Comissão de desempregados e dali não deixou nunca mais de lutar, continua agora em outros movimentos. Tem feito da luta um aspecto importante de sua vida. Eu acho que a luta a salvou da depressão (Ana, 2006).

⁹ Criado em 1996, como resposta às negociações dos primeiros protestos, é um programa de subsídios ao desemprego, que tem como contrapartida a contraprestação laboral. Este programa foi reformulado no ano 2002, quando passou a se chamar “Chefas e Chefas de Família”, e conta com subsídios que atualmente não alcançam cinquenta dólares mensais. Com esta política de governo, o repasse de subsídios passou a ocupar o centro das negociações entre o Estado e as pessoas desempregadas.

Embora, como diz Massolo (2003, p.43), “para as mulheres, sobretudo dos setores populares, a participação é mais uma obrigação por necessidade que um direito cidadão a participar nos assuntos públicos”, ou ainda, as mulheres saem ao âmbito público para dar suporte ou apoio a suas famílias frente ao desemprego, não podemos deixar de afirmar que essas mulheres que têm transitado por estas experiências de luta política têm realizado um processo de *empoderamento*, que as habilita a redimensionar suas próprias vidas individuais, sociais e políticas.

Os supostos mais desalentadores sustentam que existe uma grande probabilidade de que as ações destas mulheres tornem-se momentâneas ou transitórias, apenas até que essas necessidades sejam resolvidas. Sendo assim, acredita-se que igualmente ficariam nessas mulheres marcas que fariam o retorno ao âmbito doméstico sofrer mudanças. A maioria dos estudos demonstra que a experiência de organização e de luta as mulheres desenvolvem nelas consciência de suas próprias capacidades.

Porém, muitas delas, como se observa nos relatos, “transformam-se em lutadoras sociais que descobrem a política como uma dimensão iniludível em suas vidas (CROSS, 2006 apud FREYTES FREY; CROSS, 2006)”. Ao fazer isto,

[...]“conseguem mudar as compreensões existentes da natureza de gênero da cidadania que as reconhece como integrantes da nação enquanto reprodutoras dessa mesma nação, como criadora dos filhos e filhas e guardiãs do lar” (DOMINZAIN, 2006).

Isto é possível quando incorporarmos ao estudo a categoria de análise *empoderamento*, como “[...] o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações e as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, tomam consciência de suas habilidades e competência para produzir, criar e gerar” (COSTA, 2000, p. 42). O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações de poder existentes; como processo, implica um desafio à ideologia patriarcal e capitalista, com vistas a transformar as estruturas que reforçam a discriminação de gênero e a desigualdade social (MASSOLO, 2003). As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais (COSTA, 2000) que consistem, sobretudo, no reconhecimento e desnaturalização da ideologia patriarcal que legitima a dominação e exploração. O empoderamento conduz as mulheres a conseguir, por um lado, a autonomia

individual, promover a resistência e, por outro, estimula a organização coletiva e a protesta mediante a mobilização. Neste sentido, o político passa a ser “assunto destas mulheres” (FREYTES FREY; CROSS, 2006).

Pode-se dizer que este período 1997-2000 configura-se como a estampagem de um processo de construção de outros coletivos de mulheres que irrompem na luta com posterioridade, como é o caso das mulheres piqueteiras da zona. Nesse sentido, diferentes lutas, sejam em distintos momentos históricos, não aparecem como fatos isolados, senão formando parte de um processo histórico de acontecimentos que determinam suas percepções e existências.

O movimento piqueteiro aparece, assim, como uns dos impulsores da crise do modelo neoliberal, incidindo no esgotamento do governo menemista (1989-1999) e na caída do governo de De la Rúa (1999-2001) (CROSS; FREYTES FREY, 2009). A luta do movimento piqueteiro leva consigo demandas de direitos perdidos, mas também, é no contexto democrático que a crítica vai dirigida ao afastamento dos governantes em relação aos representados.

4 AS MULHERES PIQUETEIRAS DE CALETA OLIVIA

Em 2004, a política de aproximação do governo de Kichner (2003- 2008) com os movimentos sociais muda: de certa tolerância passa à repressão, com o apoio da opinião pública e de comunicadores sociais mais importantes. Essas medidas dirigem-se às organizações opositoras, mediante a judicialização e estigmatização mediática, fortalecida pela opinião pública. Para Svampa e Pandolfi (2004, p. 288-289)

O governo de Néstor Kirchner tem significado um aprofundamento da criminalização do protesto social (...) por um lado, afirma uma política de “não repressão” aberta ao protesto social, reconhecendo sua legitimidade em consequência da política neoliberal; por outro lado, leva adiante uma intensa campanha política, através de importantes funcionários nacionais, sustentada pelos grandes meios de comunicação que têm por objeto a deslegitimação de diferentes expressões do protesto social protagonizados pelas organizações de desempregados, desqualificando seus métodos de luta (o bloqueio de estradas e as passeatas). Este discurso duplo tem dado um novo impulso à judicialização do conflito social, assim como tem contribuído para instalar um forte rechaço por parte de amplos setores da população a respeito do sentido geral dos protestos sociais.

Na região patagônica, esses protestos piqueteiros reclamando trabalho ou de trabalhadores, solicitando aumento de salários, alcançaram grande intensidade entre 2004 e princípios de 2006. A resposta foi uma alternância entre negociações e ações repressivas, que desembocaram na prisão dos/as manifestantes e representantes sindicais, assim como na militarização da zona, através da presença de tropas da polícia nacional e estadual, da *gendarmería*, e grupos especiais (SVAMPA, 2006). Apesar das medidas restritivas os grupos não deixaram de se manifestar.

Na cidade de Caleta Olivia, lócus da pesquisa, um grupo de pessoas desempregadas constituído por aproximadamente quarenta e sete pessoas, no dia 27 de março de 2004, tomam o parque terminal de petróleo Termap. Outro grupo, fazendo apoio, manteve bloqueada a estrada nacional nº 3, por onde circulam os caminhões de transporte do petróleo. Destas pessoas, 30 eram mulheres desempregadas que não tinham possibilidades de conseguir trabalho no mercado formal. Com a manchete *Mulheres do petróleo: 'queremos que as petroleiras nos deem trabalho genuíno'*, a agência de informações INDYMEDIA (2009, p. 1) mostra que essas mulheres, autodenominadas “mulheres em luta” pularam um portão de 2 m e se instalaram com seus filhos embaixo do tanque de depósito de petróleo cru e outras subiram ao ponto mais alto do tanque. As mulheres reclamavam “trabalho genuíno”, o que significava o seu ingresso nas empresas operadoras petroleiras que abundam na zona. Segundo os relatos dos jornais, as mesmas manifestavam-se: “parece que as mulheres são cidadãs de segunda e que podem fazer sacanagem conosco, discriminando-nos, pois não nos oferecem o mesmo trato que aos homens” (INDYMEDIA 2009, p. 1). As mulheres conquistaram seu ingresso na indústria petrolífera.

Os fatos continuaram, pois, poucos meses depois, outros grupos de mulheres iniciavam o mesmo caminho levado a cabo por suas predecessoras. Não obstante, desta vez, as mulheres do grupo que inicia uma nova toma em Termap, no mês de agosto de 2004, embora tenham conseguido uma promessa de trabalho, dias após são presas, maltratadas e presas por 8 meses em uma delegacia da localidade (INDYMEDIA, 2009, p. 1). O terceiro grupo de mulheres, que nos fins de setembro decide uma nova tomada, em solidariedade para com as mulheres presas, foi brutalmente reprimido e ameaçado.

Os relatos trazem uma sequência de fatos com uma presença importante de mulheres revelando seus posicionamentos na luta. Primeiramente, observa-se a demanda de postos de

trabalho, mas a reivindicação é por trabalho genuíno, não por “*planos trabalhar*” ou programas de subsídios, que são os naipes que utilizam os governos ante o conflito. Elas reclamam a sua inclusão dentro do sistema produtivo e a garantia por parte do Estado. Destarte, elas fazem uma crítica ao modelo liberal e patriarcal, quando reivindicam o trabalho genuíno e o lugar da mulher no aceso aos postos de trabalho.

Nessa crítica ao modelo neo-liberal, exige-se trabalho que garanta o ingresso das mulheres nas empresas privadas petroleiras, nas mesmas condições em que ingressam os homens piqueteiros. De fato, trata-se de uma crítica às desiguais relações de gênero no contexto das relações políticas. Denuncia uma resposta diferenciada por parte do Estado e das empresas privadas para homens e mulheres: as mulheres permanecem ainda no setor informal do trabalho, em condições de precariedade laboral, no entanto os homens ingressam nas empresas petroleiras.

Em relação a esse trato diferenciado, são também extensos os relatos das piqueteiras patagônicas sobre o trabalho de limpeza de ruas e parques, que devem realizar durante os dias de inverno, sob temperatura abaixo de 0° C, quando ascendem, passando a se organizar em cooperativas de serviços que são contratadas pela Prefeitura, ou mesmo o Estado. Essas mulheres foram expulsas do mercado formal de trabalho, são em suas maiorias jovens (20-45 anos) com filhos pequenos, chefas de família, muitas delas só com estudos básicos e que não puderam cursar o 2° grau. (DIAZ, 2006; SVAMPA; PEREIRA, 2003).

A situação dessas mulheres desnuda o que para Safiotti (1992, p. 185) é a simbiose patriarcado – capitalismo/racismo –, “[...] as relações de gênero travam-se no terreno do poder, onde tem lugar a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados. Dominação e exploração sendo faces de um mesmo fenômeno”

A presença combativa das mulheres, que levam seus filhos no colo, que participam da luta em condições de extremo perigo, se constitui num traço particular da luta das mulheres. O protagonismo da mulher na luta força ao grupo em sua totalidade a instalar uma nova lógica nas negociações. Como diz Santos Conceição (2004, p. 11), “particularmente nessa situação onde o uso da violência e da força policial repressiva se faz muito intenso, a presença das mulheres e crianças é importantíssimo para o sucesso de uma ação pacífica ou mesmo para a negociação”

O relato da luta piqueteira traz à luz a repressão vivida e a prisão das lideranças do grupo que, após oito meses, foram liberadas pelo TSJ de Santa Cruz; das seis pessoas presas, três eram mulheres e três homens. Desde que se iniciaram os conflitos em demanda de trabalho, na década de 90, o Estado foi respondendo de diferentes maneiras, por um lado, desenvolvendo estratégias de contenção da pobreza, através da distribuição cada vez mais massiva de planos sociais, por outro, reforçando seu sistema repressivo institucional, direcionando o controle dos conflitos sociais, através da repressão e a criminalização dos grupos sociais mais combativos. A repressão do conflito social tem sido acompanhada por um processo de judicialização do protesto, que eleva a mais de quatro mil os processamentos registrados principalmente nas regiões e estados com mais conflitos (SVAMPA, 2009).

As mulheres piqueteiras, não ficaram ausentes à repressão, o assassinato de Tereza Rodriguez em Neuquén, em abril de 1997, durante a repressão às *puebladas* de Cutral-Có y Plaza Huinca é recordado pelo agrupamento piqueteiro que leva o seu nome e é uma das mortes por repressão dos conflitos sociais na República Argentina. Estas mulheres piqueteiras foram presas e colocadas em péssimas condições de detenção, sob greve de fome, continuam denunciando, desde dentro, o governo violador de direitos.

Por outro lado, para entender as linhas de continuidades de repertórios de lutas nessas mulheres, faremos uso das palavras Freytes y Cross (2009), que nos propõem não pensar os movimentos em termos de continuidades ou rupturas, já que não nos é permitido, dessa maneira, dar conta da complexa articulação entre o passado e o presente dos mesmos. Ao contrário, os autores preferem trabalhar com as categorias analíticas “experiências antecedentes” e “referências ideológicas”. As “experiências antecedentes” referem-se à vinculação histórica que permite a conformação do movimento, recuperando as trajetórias de suas lideranças, (suas experiências prévias nas que se formaram) e dos “formatos organizativos”. As “referências ideológicas”, por sua vez, constituem os “marcos de sentidos” que permitem interpretar as conjunturas políticas e, em consonância, definir e justificar os posicionamentos estratégicos dos movimentos.

Não são marcos estáticos de ação, ao contrário, criam um espaço de transcendência da própria luta em relação a outras experiências políticas e às aspirações que se constroem com respeito ao futuro, em função de valores e crenças previamente construídos (FREYTES FREY; CROSS, 2009, p. 129).

No contexto das lutas das mulheres, um exemplo dessas experiências antecedentes refere-se a experiências de lutas dessas mulheres como sujeit(a) polític(a) piqueteira, uma identidade de luta construída num movimento cujo processo histórico está marcado pela participação massiva e brava das mulheres, são, como diz Jelin (2009), eventos e acontecimentos que deixam marcas, tais como as experiências passadas sedimentadas e as expectativas que são constitutivas como experiências que irão cobrando sentido em diversas conjunturas posteriores. A referida autora admite que, entre as mulheres piqueteiras, essas formas reaparecem. Em relação à categoria “referências ideológicas”, as demandas das mulheres direcionam-se não somente ao Estado, mas também às empresas petroleiras privadas, tornando visíveis para a sociedade os ganhos econômicos que essas empresas têm a partir das políticas neoliberais que ainda permanecem, além das discriminações de gênero. Portanto, a solicitude de subsídios e dos chamados "*planos trabalhar*", não constitui o objetivo de fundo dessas manifestantes, mas trazem para a discussão a exploração capitalista dos recursos naturais, a desigualdade social e de gênero. Por essa razão, dizemos que essas mulheres não se limitam a reclamar sua inclusão nas garantias democráticas formalmente existentes, elas promovem uma redefinição do sistema democrático e suas regras de jogo.

REFERÊNCIAS

AGENCIA INDYMEDIA. *Las mujeres del petróleo queremos que las petroleras nos den trabajo genuino*. Reportaje a Elisa Martínez, una de las piqueteras en la toma de la planta petrolera de Santa Cruz. Disponível em:

[<http://www.rebellion.org/hemeroteca/argentina/040410mujeres.htm>]. Acesso em: 15 maio 2009a.

_____. Conferencia de prensa por los detenidos de Caleta Olivia. Disponível em: <<http://argentina.indymedia.org/news/2004/10/227135.php>> Acesso em: 18 de maio de 2009b.

AGENCIA LAVACCA. *Petróleo y la protesta social en Santa Cruz*. Disponível em: <<http://lavaca.org/notas/petroleo-y-protesta-social-santa-cruz/>> Acesso em: 20 de maio de 2009.

ANDÚJAR, Andrea. *De la ruta no nos vamos: las mujeres piqueteras (1996-2001)*. Trabalho apresentado à X Jornadas interescolas/Dpto. de Historia, Rosário, 2005.

ARAUJO, Clara. Participação política e gênero: algumas tendências analíticas recentes. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 52, p. 45-77, 2001.

BARBETTA, Pablo; BIDASECA, Karina. Reflexiones sobre el 19 y 20 de diciembre de 2001. Piquete y cacerola, la lucha es una sola: ¿Emergencia discursiva o nueva discursividad? *Revista Argentina de Sociología*, Buenos Aires, Año 2, n. 2, p. 67-88, 2004.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Familiarizando(-se com) o público e politizando o privado. In: XIMENES, Teresa. *Novos paradigmas e realidade brasileira*. Belém: UFPA/NAEA, 1993. p. 414-426.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CENTRO DE ESTUDIOS NUEVA MAYORIA. Cortes de rutas y vías públicas del 2008 ya superan los niveles registrados en la crisis 2001/2002. Disponível em: http://www.nuevamayoria.com/index.php?option=com_content&task=view&id=587&Itemid=30>. Acesso em: 2 jul. 2009.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/ALBa, 1998.

_____. Texto de apoio I . Gênero, poder e empoderamento das mulheres. *Seminário de aprofundamento do trabalho com gênero no Pró-Gavião*. Victoria da Conquista, 16 a 18 de fevereiro de 2000. NEIM/REDOR/CAR/Governo da Bahia, 2000.

_____. Refletindo sobre as imagens da mulher na cultura política. In: FERREIRA, Silvia L.; ROSENDO, Enilda. *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador: NEIM/UFBA, 2002. p. 69-84 .000. NEIM/REDOR/CAR/Governo da Bahia, 2000.

CRONICA. Las encadenadas pasaron la noche a la intemperie. *Comodoro Rivadavia*. 7/maio/2000.

DÍAZ, Martha Susana. *Mulher e poder: o caso de Eva Perón na política argentina*. 2005. 227 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2005.

_____. Mujeres piqueteras: identidad de género y su construcción como “sujetas políticas”. Trabalho apresentado à VIII Jornadas de Historia de las Mujeres, *III Congreso Iberoamericano de Estudios de Género*, Córdoba, 2006.

_____. DIAZ, Martha S. Movimento piqueteiro: uma análise desde a perspectiva de gênero e de geração. in: *Anais I Seminário Internacional e III Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*, 2010, Florianópolis - Santa Catarina. I Seminário

Internacional e III Seminário Nacional Movimentos Sociais, participação e democracia. Florianópolis - Santa Catarina: UFSC. Disponível em <http://seminarionpms2010.blogspot.com/>, p. 1713 – 1727, 2010.

DI MARCO, Graciela. Movimientos sociales emergentes en la sociedad argentina y protagonismo de las mujeres. *Revista La Aljaba*, segunda época, Buenos Aires, v. VIII, p. 15-36, 2003.

DOMINZAIN, Susana. Entre el voto y el piquete ¿Nuevas prácticas de ciudadanía femenina? Trabalho apresentado à VIII Jornadas de Historia de las Mujeres, *III Congreso Iberoamericano de Estudios de Género*, Córdoba, 2006.

EL PATAGONICO. *Las mujeres desocupadas del Isidro Quiroga iniciaron una olla popular*. Comodoro Rivadavia, 19/enero/1999.

FREYTES FREY, Ada; CROSS, Cecilia. *La participación de las mujeres en los movimientos piqueteros: el difícil pasaje de la gestión de lo cotidiano al liderazgo político*. Trabalho apresentado à VIII Jornadas de Historia de las Mujeres, III Congreso Iberoamericano de Estudios de Género, Córdoba, 2006.

_____. *Movimientos piqueteros: alcances de su construcción política*. Política y Cultura, primavera 2007, número 27, pp. 121-141. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/267/26702707.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução de Clevis Rapkievichz. São Paulo: Senac, 2003. p. 111-123.

JELIN, Elizabeth. Reflexiones (localizadas) sobre el tiempo y el espacio. In: GRIMSON, Alejandro. *La cultura en las crisis latinoamericanas*. CLACSO, Buenos Aires, 2004. Disponível em: <<http://sala.clacso.org.ar/gsdll/cgi-bin/library>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M.J.M et al. *Gênero & saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 19-27.

MASSOLO, Alejandra. El Espacio local y las mujeres: pobreza, participación y empoderamiento. *Revista La Aljaba*, segunda época. Buenos Aires, v. VIII, p 37-49. 2003.

LOBATO, Mirta; SORIANO Juan. Dictadura y Democracia: los cambios en la protesta popular, 1976-2001. In: LOBATO, Mirta; SORIANO Juan *La Protesta Social en la Argentina*. Buenos Aires, Fondo cultura Economica. 2003. p. 115-153.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando Género e Classe. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SANTOS CONCEIÇÃO, Héliida *Muitas mulheres, um mesmo movimento: Movimento social e participação política das mulheres do MST na Bahia*. Trabalho apresentado no X Simpósio Baiano de Pesquisadoras (es) sobre Mulher e Relações de Gênero. Gênero, Idades e Gerações. Salvador, 2004.

SVAMPA, Maristela. *El Estado de las luchas en Argentina, Syllepse* (Paris) - CETRI Louvain-la-Neuve, 2006. Disponível em: <<http://www.maristellavampa.net/publicaciones-ensayos.shtml>> Acesso em: 23 jun. 2009.

_____; PANDOLFI, Claudio. Las vías de la criminalización de la protesta en Argentina. *OSAL*, Buenos Aires, Año V, Nº 14, mai. 2004, p. 285-296.

_____; PEREYRA, Sebastián. *Entre la ruta y el barrio*. Buenos Aires: Biblos, 2003.

_____; _____. La política de los movimientos piqueteros. In: NAISHTA, Francisco et al. (Comps.). *Tomar la palabra: Estudios sobre protesta social y acción colectiva en la Argentina Contemporánea*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005. p. 343-364.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

OUTRAS FONTES:

Entrevistas a referentes da Comissão de Desempregados.